

3 — O GPERI deve comunicar às autoridades competentes da União Europeia o teor do presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

29 de Agosto de 2008. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

MINISTÉRIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Despacho n.º 22775/2008

Face ao momento vivido pelo mercado de produtos petrolíferos, em que se tem verificado um aumento muito significativo no preço final dos combustíveis, e porque o Governo reconhece que, pela sua própria especificidade, determinados sectores de actividade económica se encontram, actualmente, especialmente vulneráveis aos impactos causados pela actual conjuntura, o Governo reuniu com as associações representativas do sector dos transportes para discutir um pacote de medidas de apoio.

Estas reuniões decorreram a 11 de Junho, 20 de Junho e 27 de Junho de 2008, tendo estado presentes, além da representação governamental, a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), a Associação Nacional de Transportadores Pesados de Passageiros (ANTROP), a Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL) e a Federação Portuguesa do Táxi (FPT).

De entre outras medidas, foi acordado com as referidas associações a criação de grupos de trabalho para discutir questões específicas do sector.

Assim, manda o Governo, por despacho conjunto do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social:

1 — Sejam criados de imediato os seguintes grupos de trabalho:

Para discussão de questões referentes à alteração do regime jurídico aplicável ao transporte de crianças, um grupo de trabalho presidido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., e em que também participam a Associação Nacional de Transportadores Rodoviários de Pesados de Passageiros (ANTROP), a Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL) e a Federação Portuguesa do Táxi (FPT);

Para discussão de questões referentes à alteração do regime da Formação Profissional/Certificação Profissional, um grupo de trabalho presidido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., e em que também participam, pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), a DGERT, a Agência Nacional para a Qualificação, I. P. (ANQ), o Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP), bem como a Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL) e a Federação Portuguesa do Táxi (FPT);

Para discussão de questões referentes à possibilidade de isenção de registo em livrete individual de controlo (tempos de trabalho e repouso), um grupo de trabalho presidido pela Autoridade para as Condições de Trabalho, e em que também participam o Instituto de Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., a Associação Nacional dos Transportes Rodoviários em Automóveis Ligeiros (ANTRAL) e a Federação Portuguesa do Táxi (FPT);

Para avaliação de propostas de conformação dos pagamentos de ajudas de custo em matéria de protecção social, um grupo de trabalho presidido pela Direcção-Geral da Segurança Social, e que integra o Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS), a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), a Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (FECTRANS) e o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes (SITRA);

Para avaliação e elaboração de propostas de adaptação da legislação laboral às especificidades do sector dos trabalhadores móveis do transporte rodoviário, um grupo de trabalho presidido pela Direcção-Geral de Emprego e Relações de Trabalho, e que integra a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. (IMTT, I. P.), a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM), a Associação Nacional de Transportadores Pesados de Passageiros (ANTROP), a Associação Portuguesa de Operadores Expresso (APOE), a Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações (FECTRANS), o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes (SITRA) e o Sindicato Nacional dos Motoristas (SNM).

2 — Cada entidade, membro dos grupos de trabalho, far-se-á representar, no máximo, por dois elementos.

3 — Cada membro representado nos grupos de trabalho ora criados tem 15 dias para comunicar ao Ministério que respectivamente presidir ao grupo de trabalho os seus representantes.

4 — A duração de cada um destes grupos de trabalho é de seis meses a contar da data da publicação deste despacho.

13 de Agosto de 2008. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 22776/2008

Considerando que as licenciadas Maria da Conceição Proença Afonso e Maria Eduarda Pires Coelhom, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções que têm vindo a desempenhar como subdirectoras-gerais da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho:

Tendo em atenção os resultados que as mesmas obtiveram no exercício dessas funções, entende-se que devem manter-se no exercício daqueles cargos.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 19.º e no artigo 22.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 210/2007, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — São renovadas as comissões de serviço das subdirectoras-gerais da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, licenciadas Maria da Conceição Proença Afonso e Maria Eduarda Pires Coelhom.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 16 de Maio de 2008.

6 de Junho de 2008. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

I — Dados pessoais:

Nome — Maria da Conceição Proença Afonso;
Data de nascimento — 25 de Fevereiro de 1950;
Naturalidade — freguesia de Caria, concelho de Belmonte.

II — Qualificações profissionais:

1 — Licenciatura em Filologia Românica, pela Universidade Clássica de Lisboa;

2 — Cursos frequentados nas áreas das políticas educativas, de formação e de emprego;

3 — Participação em seminários, congressos e missões de estudo em Portugal e no estrangeiro.

III — Carreira profissional:

Subdirectora-geral da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) desde Novembro de 2002;

Subdirectora-geral da Direcção-Geral de Emprego e da Formação Profissional (DGEFP) de Novembro de 1999 a Novembro de 2002;

Vice-presidente da Comissão Interministerial para o Emprego (CIME), de Janeiro de 2000 a Agosto de 2001;

Directora de Serviços de Emprego, na DGEFP, de Janeiro de 1997 a Novembro de 1999;

Chefe de divisão de Planeamento, Orientação Pedagógica e Cooperação Técnica, no INFT, de Setembro de 1991 a Dezembro de 1996;

Assessora do Gabinete do Secretário-Ajunta de Administração e Justiça (Macau), de Abril de 1988 a Agosto de 1990;

Técnica superior do Ministério da Educação, exercendo funções em vários serviços, no domínio do planeamento, rede escolar; estudos e investigação, de Março de 1971 a Setembro de 1991.

IV — Outras actividades:

Representante do MTSS na Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária, desde 2006;

Representante do MTSS no Pré-Comité do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida, em 2006;

Delegada nacional no Comité do Programa Comunitário de Aprendizagem ao Longo da Vida, desde 2007;

Representante do MTSS no Grupo das Autoridades Nacionais para a execução e gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, desde Fevereiro de 2008;

Representante do MTSS no Comité para o Programa de Acção Comunitária para Combate à Discriminação de 2000 a 2006;

Representante do MTSS no Grupo Ad-Hoc de Altos Funcionários (União Europeia) para a Não Discriminação;

Representante nacional no Comité para a Análise, Pesquisa e Cooperação no Domínio do Emprego e do Mercado de Trabalho (União Europeia), de 1999 a 2002;

Perita da Organização Interministerial do Trabalho, no âmbito do Programa PREP;

Representante da DGERT na Comissão de acompanhamento do PNE;

Representante da DGERT no conselho geral do IGFSE, de 2000 a 2007 e no conselho consultivo do IGFSE, desde 2008;

Representante do MTSS nas comissões de acompanhamento dos Programas Operacionais POEFDS, EQUAL, POAT/QCIII e POAGRO e nas Unidades de Gestão do POAT/FSE e da Iniciativa EQUAL, de 2000 a 2007.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

I — Identificação: Maria Eduarda da Silva Pires Coelho, nascida a 10 de Março de 1949.

II — Habilitações académicas: licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, em Janeiro de 1972. Pós-Graduação em Legística e Ciência da Legislação, organizada pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Junho de 2004.

III — Actividade profissional:

De 1972 a 1973, consultora jurídica do Departamento de Contencioso do grupo empresarial Grão-Pará, onde exerceu funções, nomeadamente no âmbito do direito civil comercial e do trabalho;

Em Setembro de 1973, ingressou no quadro da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações como chefe de secção de Sindicatos, lugar para o qual era exigida a licenciatura em Direito, onde assegurou funções de chefia e técnico-jurídicas. Em Junho de 1976, transitou para a Divisão de Regulamentação Colectiva do Trabalho, onde desempenhou funções técnico-jurídicas até Maio de 1989;

Desde Maio de 1989, vem assumindo, ininterruptamente, cargos de dirigente:

De Maio de 1989 a Agosto de 1994, foi requisitada pela APL — Administração do Porto de Lisboa, onde exerceu funções de dirigente na área das relações laborais e de gestão de recursos humanos;

Em Agosto de 1994, regressou, a seu pedido, à Direcção-Geral das Condições de Trabalho e assegurou, até Maio de 1997, a chefia da Divisão de Regulamentação Colectiva e Organizações do Trabalho;

De Maio de 1997 a Novembro de 2002, exerceu funções de directora de serviços do Trabalho, tendo a última nomeação para este cargo ocorrido em 12 de Junho de 2001, na sequência de concurso;

Desde Novembro de 2002, é titular do cargo de subdirectora-geral na área das relações e condições de trabalho da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, tendo a última nomeação produzido efeitos a partir de 16 de Maio de 2005;

Ao longo da carreira profissional tem assegurado, nomeadamente:

A representação do Ministério responsável pela área laboral em diversos grupos de trabalho interministeriais;

No âmbito da cooperação com a CPLP, o acompanhamento de altos dirigentes sobre condições e relações de trabalho, tendo, designadamente, realizado em Cabo Verde (1998) vários seminários sobre contratação colectiva;

Acompanhamento das matérias inerentes ao depósito de convenções colectivas de trabalho, de acordos de adesão, decisões arbitrais e deliberações de comissões paritárias; à preparação de regulamentos de extensão de convenções colectivas; à elaboração de avisos sobre a data da cessação da vigência de convenções colectivas e; à prática dos actos relativos às organizações do trabalho atribuídos por lei ao ministério responsável pela área laboral;

A intervenção na elaboração de projectos de legislação sobre condições de trabalho e relações laborais;

No âmbito internacional, o acompanhamento da feitura de relatórios sobre a aplicação de vários instrumentos, nomeadamente, da Carta Social Europeia, do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, bem como das respostas a questionários de organizações internacionais, designadamente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE);

A nível comunitário, o acompanhamento de matérias comunitárias no âmbito da Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho, quer na fase de negociação de propostas de directivas, quer na fase de transposição das mesmas. Durante a presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, foi membro da delegação portuguesa no Grupo das Questões Sociais, responsável pela negociação de duas propostas de Directivas em matéria de igualdade e não discriminação.

Despacho n.º 22777/2008

Considerando que os licenciados Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido e Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções que têm vindo a desempenhar como secretários-gerais-adjuntos da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social:

Tendo em atenção os resultados que os mesmos obtiveram no exercício dessas funções, entende-se que devem manter-se no exercício daqueles cargos.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º, no n.º 3 do artigo 19.º e no artigo 22.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 63/2007 de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — São renovadas as comissões de serviço dos secretários-gerais-adjuntos da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, licenciados Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido e Jorge Gabriel Fernandes de Gouveia.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 9 de Maio de 2008.

6 de Junho de 2008. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

Maria Terezinha Marques Salgueiro de Oliveira Garrido, natural de Sardoal, distrito de Santarém, casada, dois filhos. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa. Frequentou no ISE o curso de pós-graduação em Métodos Matemáticos para a Economia. Tirou o Seminário de Alta Direcção em 2004, no Instituto Nacional de Administração.

Entre 1977 e 1995 foi docente no ISCTE e no ISEG onde leccionou as cadeiras de Economia de Empresa e Contabilidade, Estudos Aplicados de Economia II, Política de Preços, Política de Rendimentos e Preços, Fontes e Métodos Estatísticos e Economia Portuguesa e Europeia.

Entre 1983 e 1990 foi técnica superior no Departamento Central de Planeamento do Ministério do Planeamento e Administração do Território, tendo sido coordenadora dos Planos Integrados de Desenvolvimento Regional do Baixo Mondego e da Cova da Beira. Foi assessora da Direcção-Geral de Concorrência e Preços do Ministério da Economia, entre 1990 e 1995. É assessora principal desde 1995 e pertence ao quadro da Secretaria-Geral do MTSS. Em Outubro de 1995 foi nomeada adjunta do Ministro da Economia. Foi adjunta do Secretário de Estado para a Competitividade e Internacionalização. Em Janeiro de 1998 foi nomeada assessora do Secretário de Estado do Emprego e Formação cargo que exerceu até Outubro de 1999, altura em que integrou como assessora o Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho e Formação.

Entre 2000 e 2005 exerceu as funções de subdirectora-geral do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Foi membro do Comité Consultivo para a Livre Circulação de Trabalhadores do Conselho da União Europeia na qualidade de representante governamental, entre 2001 e 2005. Foi membro do Comité Técnico para a Livre Circulação de Trabalhadores do Conselho da União Europeia na qualidade de representante governamental entre 2001 e 2005.

Foi representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social na Comissão Interministerial para os Assuntos Comunitários do MNE, entre 2001 e 2005.